



**MACAÉ
EM AÇÃO**
Campus da
UFRJ produz
testes padrão
ouro e mostra a
importância da
Ciência no combate
à pandemia

Página 9

REITORIA SUSPENDE PORTARIA DO TRABALHO REMOTO

Páginas 2 e 6



TER OU NÃO TER AULA @ ONLINE?

> O Jornal da AdUFRJ continua a discussão do ensino remoto. Pesquisa da reitoria mostra que a maioria concorda com a adoção de aulas a distância. Entidades estudantis questionam representatividade dos dados. Diretoria da AdUFRJ considera que o mais importante é unir a universidade e traçar uma política de retorno acadêmico que respeite a diversidade e ofereça soluções para todos os alunos, docentes e técnicos-administrativos. Páginas 3, 4 e 5

EDITORIAL

A BATALHA MAL COMEÇOU

DIRETORIA

A cada semana, a cada nota, a cada editorial, ressaltamos a gravidade e a complexidade do quadro que vivemos. Nos artigos, reportagens e diversos textos que circulam pela internet, podemos identificar a semana em que eles foram publicados pelo número de mortos que contabilizam. O que caracteriza os dos últimos dias é a ultrapassagem dos 20.000 mortos confirmados. Uma contagem que não para de crescer, numa marcha tenebrosa, acompanhada de sucessivas ações desastradas do governo federal. Estamos atravessando essa gravíssima pandemia sem uma autoridade sanitária nacional que centralize e organize os esforços de toda a sociedade. As condições de vida nas favelas e bairros periféricos, a ausência de leitos hospitalares de alta complexidade em inúmeros municípios, a precarização acelerada do SUS nos últimos anos, além dos graves problemas estruturais que enfrentamos, principalmente a ausência de saneamento público. Tudo isso já seria grave demais, e seu resultado trágico, na ausência de um governo com capacidade de dar respostas adequadas. Mas tudo isso se agrava e acirra quando o governo, mais do que ser ausente, conspira e combate as ações básicas de enfrentamento da Covid-19 aceitas em todo o mundo. E, como se tudo isso junto já não bastasse, somos açoitados com constantes ameaças à democracia e à vida institucional brasileira.

Foi nesse contexto de adversidades que a universidade atravessou a semana discutindo a regulamentação do trabalho remoto e concluiu a segunda sessão remota do Conselho Universitário. Nada foi fácil, a começar pela transmissão várias vezes interrompida. Estávamos colocando em cena pela primeira vez em nosso colegiado

O resultado final de toda essa discussão foi a criação de Grupos de Trabalho que incluem a participação de todas as entidades representativas da UFRJ. Garantimos assim um processo que poderá debater esses procedimentos e indicar qual a melhor forma para a instituição se posicionar

máximo os temas que têm mobilizado intensamente a comunidade universitária: a regulação do trabalho remoto e o ensino remoto emergencial. Temas que, por si sós já suscitariam um debate apaixonado, mas que alcançam um grau máximo de tensionamento porque são também cercados de ameaças de cortes arbitrários em nossos vencimentos, como no caso da insalubridade, e de total ausência de sensibilidade ou compromisso do governo com a população de estudantes excluída do acesso dos meios digitais.

O resultado final de toda essa discussão foi a criação de Grupos de Trabalho que incluem a participação de todas as entidades representativas da UFRJ. Garantimos assim um processo que poderá debater esses procedimentos e indicar qual a melhor forma para a instituição se posicionar. A AdUFRJ acompanhou cada passo, e esteve em diversas reuniões, buscando ouvir e compreender as principais argumentações e posicionamentos. O cenário político nacional se tornou ainda mais instável, mas fechamos esta edição com a notícia de que já temos um primeiro resultado favorável da Justiça à manutenção do pagamento da insalubridade, numa ação movida pelo Sintufepe, da UFPE. Pode ainda ser pouco, diante de tudo que estamos enfrentando, mas não deixa de ser um indício de que não estamos numa batalha perdida, ao contrário, ela mal começou. Esperamos que a próxima semana seja de reconhecimento dessas conquistas e de retorno a um ambiente de confiabilidade e construção coletiva. O que menos precisamos nesse momento é de interesses circunstanciais ou eleitorais atravessando o samba na avenida. Cantemos juntos, ainda que alguns estejam fora do tom! Só não podemos apostar na divisão e no enfraquecimento da força de representação das nossas entidades. Seria como dar um tiro no próprio peito. Voltemos ao bom combate!

NÃO VAMOS ESQUECER. UMA VIDA VALE TODAS AS VIDAS



AGOSTINHO MENDES DA CUNHA

■ A universidade chora a perda de mais um integrante de seu corpo social. Desta vez, do técnico-administrativo Agostinho Mendes da Cunha, do Instituto de Física. O servidor completaria, em 2021, 40 anos de trabalho na unidade. Ele tinha intensa participação no Laboratório Didático do Instituto de Física. Entre outras atividades, atuava nos projetos de extensão "Tem criança no circuito" e "Tem menina no circuito". Colegas renderam emocionadas homenagens nas redes sociais. O técnico faleceu no Dia do Físico, 19 de maio.



MATEUS ALVES DOS SANTOS

■ "Meu irmão era muito inteligente e defendia a universidade com unhas e dentes". O relato emocionado é de Sabrina Alves, irmã de Mateus Alves dos Santos. Estudante do Programa de Estudos Medievais do Instituto de História, entrou em contato com professores, no último dia 11, dizendo que não participaria das reuniões do projeto, porque havia contraído a Covid-19. O jovem afirmou que estava medicado e apresentava sintomas leves. Em poucos dias, seu estado de saúde se agravou. Mateus foi levado pela doença no dia 15, aos 25 anos. O Consuni aprovou moção de pesar pela precoce perda.

VIOLÊNCIA POLICIAL



JOÃO PEDRO, 14 ANOS

■ Em meio à pandemia, nem todos têm o direito de permanecer seguros em suas casas. Moradores de favelas que enfrentam o confinamento precisam lidar com outro risco: de se tornarem alvos em operações policiais. Aos 14 anos, João Pedro Motta teve a vida e os sonhos interrompidos. Morador de São Gonçalo, o adolescente, negro, estava em casa com primos, quando a residência foi metralhada pela polícia, no dia 18. O corpo foi levado de helicóptero da cena do crime, sem consentimento da família e só encontrado no IML de São Gonçalo um dia depois.

Artigo

FELIPE ROSA

Professor do Instituto de Física e vice-presidente da AdUFRJ

BRUNO SOUZA DE PAULA

Coordenador do Núcleo de Ensino a Distância da Pró-reitoria de Graduação



O DESAFIO: ENSINO REMOTO E INCLUSIVO

Chegou a hora de conversarmos seriamente sobre ensino remoto. A menos que desejemos uma universidade ausente, descolada dos graves problemas sociais trazidos

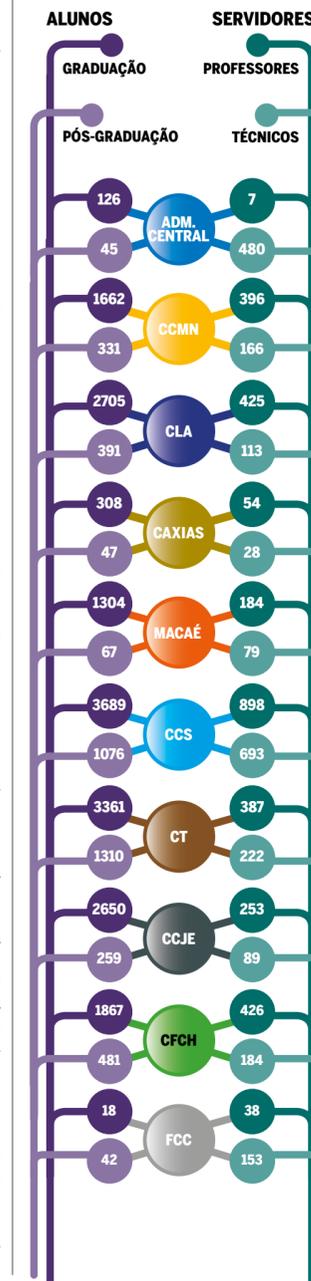
pela pandemia de COVID-19, não podemos nos furtar a encarar o proverbial elefante na sala e perguntar: posto que a quarentena universitária durará ainda muitos meses, como manter o nosso ensino de qualidade durante esse período de afastamento, sem que ele se torne excludente? A resposta, já sabemos, será imperfeita. Se o nosso ensino presencial, no qual temos décadas de prática e um enorme arcabouço intelectual, já padece de vários problemas, que dirá nos aventurarmos emergencialmente por formas alternativas de ensino. Mas isso não deve, de forma nenhuma, nos desencorajar. O desafio é imenso, mas não temos escolha a não ser enfrentá-lo.

Um bom começo é mapear as possibilidades de ensino remoto por parte dos docentes, e de acesso remoto por parte dos estudantes. No final de abril o serviço de informática da universidade iniciou uma pesquisa online aberta a todo o corpo social da UFRJ, na qual se perguntava essencialmente (i) sobre a continuidade das atividades de ensino de maneira remota e (ii) sobre a qualidade do acesso à internet. Aproximadamente 1/3 (um terço) da comunidade respondeu à enquete, e os resultados são cautelosamente animadores. Vamos a eles.

A primeira coisa digna de nota é a penetração do acesso à internet em nosso corpo social: 92% de todos os respondentes disseram ter acesso à rede "banda larga" (em geral, sinônimo de internet a cabo, satélite ou fibra ótica). É claro que tal pergunta está carregada de um viés positivo intrínseco, afinal, ela foi feita pela própria internet. No caso dos docentes, tal viés é certamente irrelevante, mas no universo dos alunos ele provavelmente causa impacto significativo. No entanto, um ponto importante a ser considerado é o fato de que quase todas as inscrições, sejam no ENEM ou de disciplinas no SIGA, são feitas de forma online. Então é razoável supor que

QUEM RESPONDEU

(POR CENTRO E POR CATEGORIA)



O QUE PENSAM SOBRE AULA REMOTA?

CONCORDO TOTALMENTE CONCORDO PARCIALMENTE
DISCORDO PARCIALMENTE DISCORDO

PROFESSORES



O percentual dos que concordam parcial ou totalmente é de 73%

ALUNOS DA GRADUAÇÃO



O percentual dos que concordam parcial ou totalmente é de 68%

ALUNOS DA PÓS-GRADUAÇÃO



O percentual dos que concordam parcial ou totalmente é de 82%

ALUNOS DO CAP



O percentual dos que concordam parcial ou totalmente é de 68%

TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS



O percentual dos que concordam parcial ou totalmente é de 87%



a maioria dos discentes tenha algum tipo de acesso à internet, ainda que ele possa ser limitado. Outro fator bastante relevante da pesquisa é que quase 90% dos discentes declararam possuir um smartphone, conforme vemos nos gráficos que ilustram a próxima página do jornal. Isso indica que uma política de ampliação do acesso a dados para celular, que certamente é de mais fácil execução do que a de fornecimento de equipamento, permitiria a um contingente razoável dos estudantes ter acesso a conteúdo disponível de forma remota.

Além de dar uma ideia da infraestrutura a disposição da comunidade acadêmica, a pesquisa também perguntou a opinião de alunos, técnicos e docentes sobre a continuidade de atividades de ensino durante a quarentena. E, como ilustra a figura acima, em todos os segmentos pelo menos 2/3 (dois terços) dos respondentes apoiam algum tipo de atividade didática remota: 68% entre estudantes de graduação, 82% entre os de pós, 73% dos docentes e 87% dos técnicos. Esse alto percentual entre os técnico-administrativos combinado com a sua baixa taxa de resposta ao questionário (apenas 25% responderam, contra 75% entre os docentes) sugere um certo viés, mas o fato de as respostas terem sido bem distribuídas pelos centros sugere que ele não é grande. Esses dados são de

considerável importância, pois indicam que os opositores a qualquer tipo de atividade de ensino durante a pandemia, apesar de por vezes serem muito vocais, estão em clara minoria.

Tudo isso sugere - talvez surpreendentemente - que existe um terreno rudimentar sobre o qual podemos começar a conversar sobre atividades de ensino remotas. Por outro lado, e o dizemos com muita ênfase, isso deve ser feito levando-se em conta a imensa diversidade presente nos cursos da UFRJ. Vários dos cursos têm disciplinas feitas em laboratórios, estágios e trabalhos de campo que são fundamentais na formação dos discentes. Certamente algumas dessas atividades não poderão ser feitas utilizando-se apenas ferramentas virtuais, ainda que de forma emergencial. Mas isso também não quer dizer que tal não seja górdio: é hora de se pensar em mudanças curriculares, redesenho de disciplinas, redistribuição de créditos... Essa enorme diversidade, que à primeira vista torna o desafio maior, é, no fundo o nosso grande trunfo. Não haverá uma solução única que atenda todos os cursos, mas mesmo que existisse uma, nós provavelmente a rejeitaríamos. Nós florescemos na diversidade, e na adaptação à pandemia não será diferente.



QUANTOS SOMOS (APROXIMADAMENTE)

PROFESSORES	ALUNOS			TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	TOTAL
	GRADUAÇÃO	PÓS	CAP		
4.200	45.000	13.700	1.000	9.000	72.900

QUANTOS RESPONDERAM À PESQUISA

PROFESSORES	ALUNOS			TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	TOTAL
	GRADUAÇÃO	PÓS	CAP		
3.088	17.690	4.049	135	2.207	27.169

Problemas vão além do laptop e da banda larga

ANA BEATRIZ MAGNO
anabiagnom@adufrj.org.br

Os números não mentem, mas omitem. Quem observa as tabelas do levantamento da reitoria pode concluir que a implantação de um sistema de aulas remotas na UFRJ é algo tecnicamente simples e quase consensual politicamente. Ledo engano. Não há nada simples e muito menos consensual na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os estudantes, por exemplo, aparecem nos gráficos com razoáveis condições de conexão. Dos 17.690 alunos de graduação que responderam ao questionário, 16.098 têm banda larga. Nos alunos de pós, o percentual chega a 93%. Entre os docentes, a taxa é ainda mais elevada – 98%.

“Evidentemente que há um vício de origem nesse questionário. Foi enviado pela internet e pode-se supor que apenas quem tinha acesso respondeu”, pondera a professora Eleonora Ziller, presidente da AdUFRJ. “Isso, no entanto, não invalida os recados que o levantamento oferece”.

O principal recado, na opinião da diretoria da AdUFRJ, é que a UFRJ precisa incluir os excluídos antes de recomear as aulas. Significa que o retorno deve levar em conta três grupos: 1. quem não tem banda larga em casa; 2. os que não responderam o questionário, caso de dois terços dos alunos; 3. os 18% de estudantes e 15% de professores que disseram ser contra o ensino remoto.

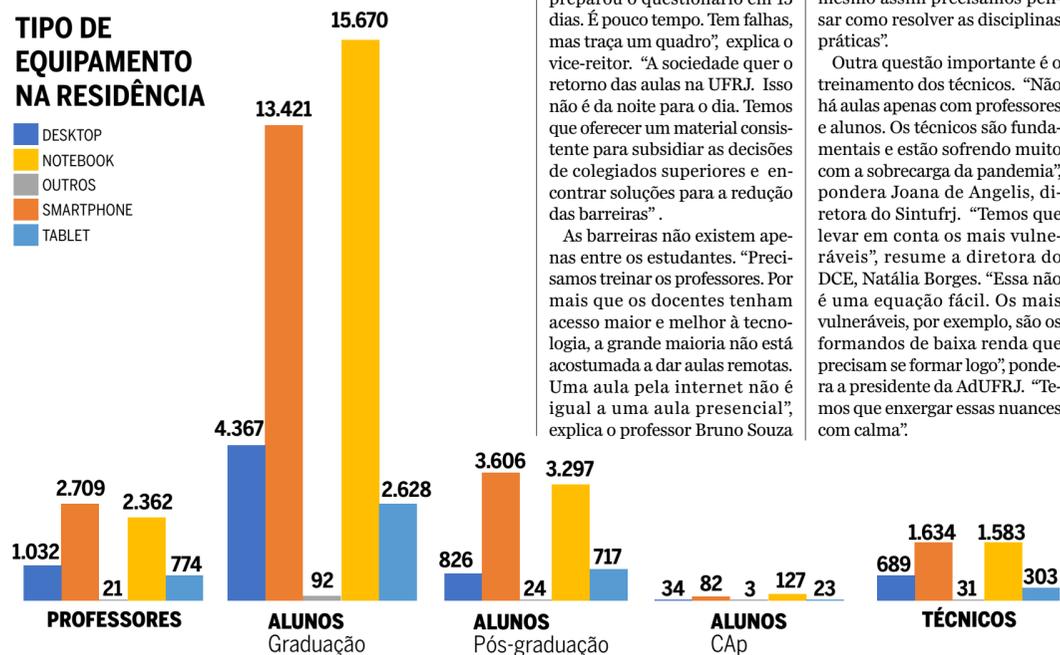
“Não queremos aulas somente para os que concordam com ensino remoto ou apenas para quem têm boa conexão. Queremos aulas para todos. E isso é muito mais do que oferecer tecnologia. É conhecer as condições subjetivas dos alunos durante a quarentena, se têm filhos, se di-

videm os aposentados e os equipamentos, se estão em condições de saúde mental e física”, resume Kemily Toledo Quiroga Leite, mestrandia da Faculdade de Educação e diretora da Associação de Pós-Graduandos, APG. “O questionário não mediu indicadores socioeconômicos relevantes. É mais grave, as entidades estudantis não foram chamadas para planejar as perguntas nem para participar do GT sobre o retorno das aulas”.

Em meados de abril, a reitoria criou o grupo de trabalho Formas Alternativas de Ensino, que logo encomendou à Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) o levantamento sobre o acesso à internet. Apenas 14 professores participam do GT. As entidades representativas dos três segmentos foram convidadas há

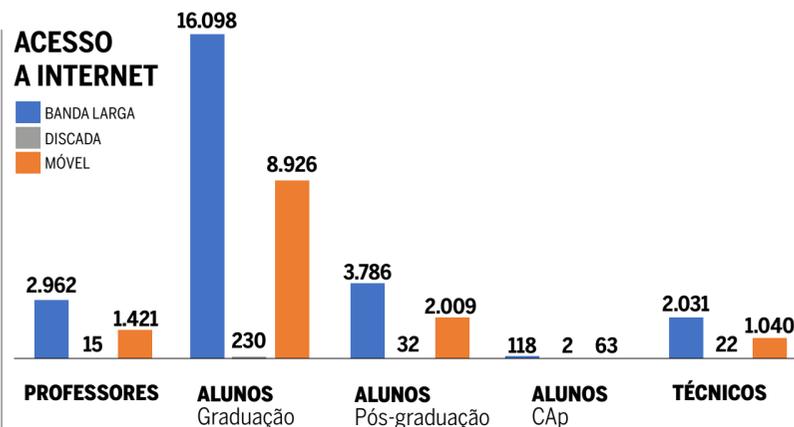
TIPO DE EQUIPAMENTO NA RESIDÊNCIA

DESKTOP
NOTEBOOK
OUTROS
SMARTPHONE
TABLET



ACESSO A INTERNET

BANDA LARGA
DISCADA
MÓVEL



duas semanas. “Tínhamos que fazer algo rápido”, justifica o coordenador do GT, e vice-reitor, professor Carlos Frederico Leão Rocha. Ele reconhece limitações

no questionário, mas acha que oferece um razoável ponto de partida para mapear carências que devem ser sanadas antes do recomeço do semestre. “A TIC preparou o questionário em 15 dias. É pouco tempo. Tem falhas, mas traga um quadro”, explica o vice-reitor. “A sociedade quer o retorno das aulas na UFRJ. Isso não é da noite para o dia. Temos que oferecer um material consistente para subsidiar as decisões de colegiados superiores e encontrar soluções para a redução das barreiras”.

As barreiras não existem apenas entre os estudantes. “Precisamos treinar os professores. Por mais que os docentes tenham acesso maior e melhor à tecnologia, a grande maioria não está acostumada a dar aulas remotas. Uma aula pela internet não é igual a uma aula presencial”, explica o professor Bruno Souza

de Paula, do Instituto de Física, integrante do GT e coordenador de ensino a distância da UFRJ. “Não podemos fazer EaD. Podemos fazer aulas remotas e mesmo assim precisamos pensar como resolver as disciplinas práticas”.

Outra questão importante é o treinamento dos técnicos. “Não há aulas apenas com professores e alunos. Os técnicos são fundamentais e estão sofrendo muito com a sobrecarga da pandemia”, pondera Joana de Angelis, diretora do Sintufrj. “Temos que levar em conta os mais vulneráveis”, resume a diretora do DCE, Natália Borges. “Essa não é uma equação fácil. Os mais vulneráveis, por exemplo, são os formandos de baixa renda que precisam se formar logo”, pondera a presidente da AdUFRJ. “Temos que enxergar essas nuances com calma”.

CONSUNI DEBATE EDUCAÇÃO VIRTUAL

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

Ter ou não ter aulas virtuais? O tema dominou a sessão extraordinária do Conselho Universitário. A reunião foi realizada por videoconferência, no dia 20 de maio, para dar continuidade à discussão iniciada no Consuni da semana anterior. Não houve uma decisão sobre como ou quando implantar um sistema on line, mas o debate expôs diferentes posições da comunidade acadêmica sobre o tema.

A ouvidora Cristina Riche recolheu propostas que chegaram até a ouvidoria na última semana. Ela fez uma síntese das demandas: plano de retomada acadêmica técnica e pedagógica; levantamento da situação econômica e social de estudantes, técnicos e professores; normativa específica para alunos em conclusão de curso; normativa sobre aulas remotas; regulamentação para projetos de extensão a distância; identificação de quais laboratórios estão em atividade na universidade; estudo sobre ventilação dos espaços que seguem funcionando; normatização de provas e avaliações a distância; criação de código de conduta na web; normas para entrada na universidade, controle interno de circulação, distanciamento, higienização.

O vice-reitor, Carlos Frederico Leão Rocha, falou sobre o formulário encaminhado aos estudantes para mapear quantos têm acesso à internet e computador em casa. A iniciativa seria uma forma de medir a capacidade do corpo discente de acompanhar uma possível retomada das atividades acadêmicas de maneira virtual (leia mais nas páginas 3 e 4).

“Estamos fazendo um levantamento de preços de chips para distribuir aos estudantes, pois entendemos que a inclusão digital dos nossos alunos é um importante passo para a inclusão social”, afirmou. Outras



informações, segundo o dirigente, como número de cômodos na casa, ao serem cruzadas, poderão indicar as condições de estudo desses alunos.

Representante discente, Juliana Paiva argumentou que os formulários não conseguem traduzir as necessidades dos estudantes. “Deveriam contemplar condições de vida. Muitas vezes não é só o computador e a internet que definem o acesso a aulas remotas. O estudante tem computador, mas tem irmãos em idade escolar que dependem da mesma ferramenta. Ou é alguém que tem banda larga, mas é pai ou mãe e não tem com quem deixar a criança”, justificou.

O também estudante João de Paula argumentou que retornar as aulas de forma virtual, sem garantir que todos tenham acesso, vai contra toda a política defendida historicamente pela própria universidade. “Isso aumenta as desigualdades, joga no lixo a luta pela democratização do acesso e permanência”. Ele também criticou o formulário, que não teria condições de me-

dir “a situação emocional dos estudantes”.

Em posição divergente, o professor Flávio Dickstein, representante dos Titulares do CCMN, afirmou que na sua unidade, “a maioria esmagadora de professores e estudantes quer a retomada das atividades”. Ele propôs um sistema que misturasse atividades a distância, semi-presenciais e presenciais. “Não podemos ficar esperando. Esse debate precisa começar agora. Ainda não sabemos como ficará o segundo semestre, mas temos que nos antecipar”.

O professor Guilherme Lussance também defendeu a retomada das atividades em plataformas virtuais. Docente da Arquitetura, ele é representante dos Titulares do CLA e propôs que a universidade adote o sistema on line com disciplinas eletivas. “Talvez pudéssemos pensar também em atividades alternativas de intercâmbio virtual com outras universidades que estão com aulas suspensas”, sugeriu.

A professora Cristina Miranda, representante do Colégio de Aplicação, falou da experiência do CAp em ambiente virtual. “A nossa interação remota com os estudantes é continuada, criamos um site, uma plataforma, mas não como substituição às aulas presenciais. Nosso trabalho de ensino com crianças e adolescentes é relacional, não cabe EaD”.

Pró-reitor de Planejamento e Finanças, Eduardo Raupp afirmou que a administração central não defende o retorno “açodado às aulas na pandemia”, mas disse que é preciso planejar. “Devemos debater de maneira fraternal como faremos se não for possível retomar as aulas presenciais este ano”.

Gisele Pires, pró-reitora de Graduação, reiterou que possíveis cenários de ensino “não serão efetivados sem profundo diálogo com o corpo social da UFRJ”. Ela esclareceu, por exemplo, que as decisões da universidade sobre conclusões de curso remotas e colações de grau a distância foram demandas dos estudantes. A professora informou que está em contato com pró-reitores de graduação de outras universidades para trocar experiências. “Estamos todos com muitas dúvidas sobre o que será o nosso normal daqui para frente”, concluiu.



“NÃO TEMOS BANDA LARGA UNIVERSAL”

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

Após dois meses de suspensão do calendário acadêmico, começou a ganhar densidade na UFRJ o debate sobre a possibilidade de aulas remotas. O Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec) do Centro de Tecnologia organizou uma dessas discussões, na segunda-feira (18), com a AdUFRJ e as entidades estudantis. E as representantes enfatizaram dois princípios para uma eventual retomada do ano letivo: ninguém pode ser excluído e as atividades devem garantir um mínimo de qualidade do ensino presencial.

Presidente da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller disse que a universidade precisa responder “com coragem, democracia e capacidade de criação” ao momento. “Do ponto de vista da associação docente, qualquer projeto da universidade pública deve partir do pressuposto que recusa qualquer exclusão. Temos de atender todos os estudantes, principalmente os mais vulneráveis”, completou.

A presidente da AdUFRJ ressalta que a utilização de plataformas virtuais vai requerer muito treinamento dos professores. O sindicato vai estimular essa qualificação, sempre protegendo os direitos dos docentes. “Não pode significar uma precarização do trabalho”.

Diante das atuais dificuldades, Eleonora fez uma comparação com os anos 50 e 60, quando intelectuais como Paulo Freire se lançaram na tarefa de levar a educação a todo o povo brasileiro. “Essa experiência cresce de forma vertiginosa, mas é interrompida em 1964”. Hoje, com o governo Bolsonaro, “estamos vivendo uma espécie de reprise de filme ruim”.

Luana Bonone, da Associação dos Pós-graduandos (APG), destacou que a UFRJ precisa ampliar o debate sobre o tema no Consuni, ouvindo as entidades representativas e os especialistas em Educação. “Há uma perda de qualidade se as aulas forem remotas e não forem pensadas para serem remotas, mas um mínimo de preparação pode reduzir o impacto. Não pode ser algo para daqui a uma ou duas semanas”, afirmou.

A pós-graduada observou que, para além do suporte técnico e acadêmico, é preciso prover apoio psicológico à iniciativa, durante a pandemia. “Nós não temos banda larga universal no Brasil. Na Vila Residencial, onde moram estudantes, as empresas de internet nem chegam”. E completou: “Somos contra qualquer discussão de volta imediata às aulas. A vida vem primeiro que a produtividade acadêmica. Não podemos deixar ninguém para trás”.

Rafaela Correa, estudante de Macaé e representante do DCE, também reforçou que as desigualdades de acesso à educação se ampliam durante a pandemia: “Vemos alunos que estão numa situação muito precarizada, até para se alimentar. Como fica a cabeça dessa pessoa para estudar? Para ficar em frente ao computador por cinco ou seis horas?”, questionou.

CEG VAI PRIORIZAR FORMANDOS

O Conselho de Ensino de Graduação reuniu-se por teleconferência esta semana para debater a possibilidade de a universidade oferecer remotamente disciplinas eletivas. Mas a complexidade do tema levou o colegiado a dar um passo atrás, e decidir por começar a construir uma proposta de oferta de disciplinas para alunos que estejam no último período dos seus cursos.

O CEG vai entrar em contato com as coordenações de graduação de todos os cursos para mapear a oferta de disciplinas que

podem ser ministradas remotamente e o universo de estudantes concluintes.

A PR-1 espera ter o retorno do levantamento proposto já na semana que vem, para a próxima reunião ordinária do CEG.

A pró-reitora de Graduação, Gisele Viana Pires, explicou que a proposta surgiu para atender a dezenas de pedidos que a pró-reitoria tem recebido de alunos e pais de alunos. Preocupados com as incertezas provocadas pela pandemia, eles pedem que as aulas remotas

sejam adotadas como maneira de manter o vínculo com a universidade durante o período de isolamento social. Ao mesmo tempo, desejam que as aulas contem para cumprir créditos de disciplinas eletivas durante a suspensão das atividades presenciais.

Mas a pró-reitora foi bem clara quanto às condições para que haja a oferta de aulas remotas. “As disciplinas só aconteceriam em caso de acordo mútuo entre o professor e o conjunto dos alunos, e a adesão ao curso será facultati-

va, não havendo qualquer prejuízo ao aluno que não aderir”.

A primeira grande questão a ser levantada sobre o tema veio dos representantes dos discentes, que manifestaram sua preocupação com o acesso de todos os alunos a meios e condições de ter aula remotamente. “Não somos contra essa possibilidade, mas a gente não pode fazer essa discussão longe do que significa as possibilidades das pessoas. A reitoria precisa ter uma proposta para quem não tenha acesso postar”, disse a conselheira Antônia Velloso, do DCE da UFRJ. Foi o professor José Ricardo de Almeida França, do CCMN, o primeiro a manifestar preocupação com os

alunos concluintes. Posição compartilhada por outros integrantes do colegiado. “Muitos dos alunos que vão se formar em 2020 precisam cumprir ainda disciplinas eletivas e obrigatórias”, falou. A preocupação com a adaptação da metodologia de ensino também foi um dos assuntos abordados.

Alguns conselheiros lembraram que não há uma previsão de volta à normalidade, e que portanto a universidade deve começar a pensar em novas possibilidades. “Estamos diante de um cenário de enorme incerteza estrutural provocada pela pandemia”, lembrou o professor Eduardo Costa Pinto, do CCJE. (Lucas Abreu)

Reitoria suspende portaria do trabalho remoto

>Medida não afasta risco de que o governo corte a insalubridade e o auxílio-transporte de quem está trabalhando em casa, no próximo contracheque. AdUFRJ quer mudanças nas normas internas

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

Na noite de quinta-feira (21), a reitoria suspendeu a polêmica portaria nº 3.188, que regulamentava o trabalho remoto na UFRJ. A medida representa uma vitória da mobilização dos sindicatos e da comunidade acadêmica contra as normas consideradas excessivas. Mas não elimina a ameaça de que o governo corte os adicionais ocupacionais e o auxílio-transporte daqueles que estão trabalhando em suas casas. Instruções Normativas do Ministério da Economia cobram a retirada dos valores. “Estamos revendo a portaria, ouvindo a comunidade, os diretores de unidade, chefes de DP (Departamento de Pessoal). Como havia muitas dúvidas, decidimos suspender”, afirmou a reitora Denise Pires de Carvalho.

A professora não garantiu se haveria uma nova orientação interna à universidade antes do fechamento da próxima folha. Mas disse que as Instruções Normativas continuam válidas, com ou sem portaria nova. Ou seja, a universidade ainda precisa informar quem está em atividade remota. A reitora informou que o grupo de trabalho criado no Consuni (veja matéria abaixo) para discutir o trabalho remoto na UFRJ deverá se reunir na próxima semana. O GT terá acesso a todas as sugestões para mudar a portaria — agora suspensa — que estavam sendo remetidas para pró-reitoria de Pessoal até sexta (22), data de fechamento desta edição.

A diretoria da AdUFRJ e a assessoria jurídica avaliam a

nova situação. Um posicionamento da associação deve ser apresentado à plenária de decanos e diretores, na próxima semana. Em paralelo, existe a expectativa pelo trabalho no GT e pelo resultado da ação judicial conjunta entre AdUFRJ e Sintufrrj contra os eventuais cortes. Uma sentença recente que protegeu o adicional de insalubridade dos servidores da Universidade Federal de Pernambuco anima as expectativas. A medida de suspensão da portaria foi bem recebida. “Muitos diretores de unidades, conselhos de centros, decanos pediram a revisão da portaria, além dos sindicatos. Ao copiar o modelo proposto pelo governo, a norma era uma violência contra as tradições da vida universitária”, afirmou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. Também continua a orientação da AdUFRJ pelo não preenchimento dos formulários, que constam das instruções normativas do governo.

DEBATE INTENSO

O debate sobre a regulação do trabalho remoto foi intenso na UFRJ, nos últimos dias. Reuniões e debates virtuais com as entidades representativas da comunidade universitária discutiram mudanças na portaria nº 3.188, agora suspensa. “A portaria era extremamente excessiva no detalhamento”, criticou a presidente da AdUFRJ. “Misturava condições de um trabalho remoto a ser solicitado pelo servidor docente ou técnico com a normatização imediata de uma situação excepcional e urgente que é a pandemia”, completou. “A portaria do trabalho remoto tomou esta dimensão por conta do que é esse governo”. Apesar de Bolsonaro e sua equi-



da, a presidente da AdUFRJ acredita que a reitoria pode promover alterações nas normas internas à universidade. “Todo mundo aponta a necessária manutenção de um grau de autonomia das unidades acadêmicas. A portaria não precisa detalhar, mas dar orientações gerais”, explicou. O objetivo seria contemplar a diversidade do trabalho docente em toda a UFRJ.

AdUFRJ e Sintufrrj realizaram uma reunião com a reitoria na segunda (18) à noite. De acordo com o professor Felipe Rosa, diretor da AdUFRJ, a administração central reafirmou a impossibilidade de preservar os adicionais por mais tempo diante da pressão da Economia e da Advocacia-Geral da

União. “Outras universidades já cortaram insalubridade e auxílio. E de forma retroativa”.

SINTUFRRJ CRIA GT

O Sintufrrj montou um grupo de trabalho para organizar as propostas dos técnicos para o trabalho remoto. Em uma live no canal do sindicato no Youtube, na tarde de terça-feira, os integrantes do GT apresentaram os argumentos que foram levados ao Consuni. Carlos Maldonado, ex-diretor da Fasubra e do Sintufrrj, apontou uma grave contradição no conjunto de normas do Executivo Federal. A lei nº 13.979, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, estabelece

que “será considerado falta justificada ao serviço público ou à atividade laboral privada o período de ausência decorrente das medidas previstas”, como o isolamento e a quarentena. E o Regime Jurídico Único dos servidores federais determina que “as faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício”. Ou seja, sem perda de adicionais ou auxílios. “Se a pandemia não é força maior, não sei o que é”, ironizou o integrante do GT. Em último caso, Maldonado pondera que os servidores poderão acionar o dispositivo para garantir os contracheques intactos.

CONSUNI CRIA GT PARA PROPOR NOVA PORTARIA

A reitoria organizou um grupo de trabalho para propor mudanças na regulamentação do trabalho remoto da UFRJ. O anúncio foi feito no Consuni extraordinário realizado na quarta (20). A AdUFRJ e o Sintufrrj fazem parte do GT. A reitora Denise Pires de Carvalho afirmou que a Portaria nº 3.188 — agora suspensa — era uma prerrogativa da administração central. A professora rebateu críticas de que o documento foi publicado de forma precipitada. “Não foi de maneira açodada. Só foi publica-

da em maio, enquanto a maioria das universidades publicou suas portarias entre março e abril. E só após a Instrução Normativa de 29 de abril, que acabou com qualquer possibilidade de ação nossa no campo administrativo”, argumentou.

Denise informou que o envio dos códigos de trabalho remoto poderá gerar o desconto retroativo dos valores pagos de adicionais e vale-transporte. “Em outras instituições, já levou à perda desses valores de forma retroativa, a

partir de março. Independentemente de quando foram enviados esses códigos”, esclareceu. A reitora disse que a medida do governo é um ataque aos servidores, que aumentaram seus gastos em casa na quarentena obrigatória. Vânia Godinho, representante dos técnico-administrativos no Consuni, afirmou que a universidade não pode entrar na lógica do governo federal. “Tivemos um aumento de gastos em casa para garantir a manutenção de nossas atividades, a prestação dos nos-

serviços. É preciso caminhar junto com o corpo social e não trazer mais sensação de insegurança”, declarou.

O vice-reitor, professor Carlos Frederico Leão Rocha, alegou não ser possível deixar de informar os códigos no sistema eletrônico de frequência. “Não enviar os códigos incorre em mentira, quando é notório que muitas unidades estão fechadas a cadeado. Quando é claro e notório que há uma nota colocando boa parte da universidade em trabalho remoto.

Precisamos preservar a imagem da instituição”.

A professora Lina Zingali, do CCS, solicitou que a universidade publique uma nova portaria que espelhe as discussões e consensos da comunidade acadêmica. “Precisamos de um documento que atenda um pouco melhor as necessidades do nosso corpo social. Precisamos de mais discussão. Outras universidades possuem códigos que permitem outras possibilidades de atuação”, justificou. (Silvana Sá)

ADUFRJ NA QUARENTENA

SEXTOU

CREDIBILIDADE CIENTÍFICA EM DEBATE

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

“O artigo científico é o Tinder da Ciência. Não é exatamente mentira, mas somos espertos o suficiente para não casar com alguém só pelo seu perfil aparente”. A brincadeira do professor Olavo Amaral, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ, foi um dos destaques do último “Tamo Junto”, um bate-papo virtual organizado todas as sextas-feiras pela AdUFRJ. No dia 15, a confiabilidade científica em tempos de pandemia foi o principal tema do encontro.

Para Olavo, falta controle de

qualidade e veracidade das pesquisas. “Temos uma divulgação muito rápida de conteúdo aparentemente científico pelas redes sociais. Mas, ao mesmo tempo, não temos uma ciência institucionalizada sobre o que é verdade ou não”, disse. Pensando nisso, o professor criou a Iniciativa Brasileira de Reprodutibilidade (IBR), que tem como objetivo repetir experimentos realizados por outros pesquisadores brasileiros através de uma rede de laboratórios. E, ao final dos processos, mensurar o que pode ser útil à Ciência.

“Muita coisa que é artigo científico não é verdade. Mas, por ser publicado, as pessoas acreditam como verdadeiro”, observou. Olavo cogita a superação do artigo científico como



forma de comunicar Ciência. Em função da crise de reprodutibilidade no país, acredita que são necessárias outras formas de publicação científica e de apresentação de críticas, já que a própria Ciência é que sai

perdendo com a divulgação de pesquisas sem validade prática. “Da fraude até um erro, há um conjunto infinito de possibilidades”.

Professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Li-

gia Bahia chamou atenção para o problema do atual modelo de pós-graduação, que cobra muitas publicações dos pesquisadores. “Agora temos um número maior de mestrandos e doutorandos que precisam publicar. O jovem também tem que ser um grande publicador, para conseguir passar no concurso da UFRJ”, afirmou. “Qual a nossa responsabilidade sobre isso?”, questionou.

TAMO JUNTO

Apesar do isolamento social, os professores da UFRJ ainda podem sentir o gostinho da troca de ideias que caracteriza a universidade. Toda sexta-feira, no fim da tarde, a AdUFRJ promove o virtual “Tamo Junto”, com um tema definido previamente.

MOBILIZAÇÃO

ADIA ENEM MARCA 15M

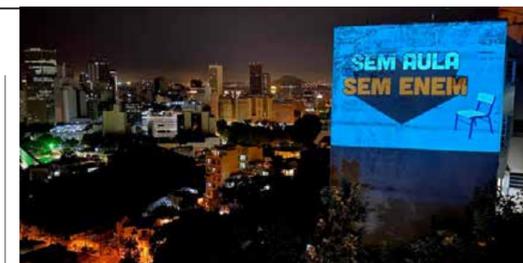
LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

Um ano depois das maiores manifestações de rua contra o governo Bolsonaro, a Educação voltou a mostrar sua força no dia 15 de maio. Em 2020, em respeito ao isolamento social, a campanha do 15M tomou as redes sociais. Em 2019, o estopim para os protestos foi a defesa das universidades públicas. Este ano, a principal bandeira foi o adiamento do Enem. E, diante da pressão popular e de uma expressiva derrota sofrida no Senado, o governo adiou as provas, na última quarta-feira.

Cinco dias antes, no 15M, um tuíte colocou a tag #AdiaEnem em primeiro lugar entre os assuntos mais comentados no Twitter.

“O #AdiaEnem acabou dominando o 15M”, explicou o diretor da AdUFRJ Josué Medeiros, referindo-se à campanha planejada pelo Observatório do Conhecimento e que ocupou as redes com vários temas na semana do 15M. A ação começou na segunda-feira (11), listando os ataques do governo à educação. Na terça, foi a vez de exaltar o trabalho das universidades no combate à pandemia, chamando atenção para pesquisas que estão sendo desenvolvidas pelas instituições, usando a tag #MinhaBálbúrdiaE. Na quarta, a programação era apoiar o #AdiaEnem, que já vinha mobilizando manifestações esparsas desde a semana anterior. Quinta foi o dia que as redes sociais adotaram para postar suas lembranças do 15M de 2019. Na sexta-feira, 15, foi a vez do tuíte. O grupo de trabalho do

Observatório, responsável pela campanha, escolheu a hashtag #CiênciaSalvaVidas para acompanhar a tag da campanha do Enem. O #AdiaEnem teve mais de 107 mil menções em uma hora, e foi compartilhado por políticos ligados ao campo progressista, além de influenciadores e artistas. Na avaliação do professor Josué Medeiros, a campanha teve um saldo muito positivo. “Temos que aprofundar o debate sobre novas formas de luta com urgência, já que a pandemia coloca isso de uma maneira inédita ao nos impedir de ir para a rua”, explicou. “Nossa ideia sempre foi unificar as formas de luta tradicionais com as novas formas, entendendo que esse mundo digital não é só um lugar de comunicação, mas um lugar onde as pessoas estão se formando



politicamente. O 15M foi mais uma nova forma de fazer isso.” Medeiros aprofundou o balanço da campanha, explicando quais são os desafios para manifestações em redes sociais. “Os vídeos que repercutiram melhor na nossa base foram os de exaltação do trabalho das universidades, mas talvez as pautas do nosso 15M e do #AdiaEnem estivessem um pouco difusas. O desafio é como dar mais consistência a esses movimentos nas redes, sem ser difuso, mas alargando o arco para conseguir envolver mais gente”, avaliou. Outra ação da campanha foi a projeção de vídeos nos bairros de Botafogo, Glória, Humaitá e

Copacabana. A diretora da AdUFRJ Christine Ruta esclareceu que a intenção era espalhar a iniciativa por mais bairros, mas as dificuldades impostas pelo isolamento social limitaram a área de atuação. Os vídeos traziam mensagens como críticas ao ministro Abraham Weintraub e de defesa das universidades. “A ação funcionou porque conseguimos nos manifestar nas ruas, mas obedecendo ao isolamento social”, contou. “Outro objetivo que atingimos foi o de criar um ato capaz de ser multiplicado, já que o material estava à disposição dos nossos sindicalizados, e de quem mais quisesse se manifestar”.

MARCHA VIRTUAL

30 MIL TUÍTES PELA CIÊNCIA

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

A Marcha Virtual pela Ciência, realizada no dia 7, foi um sucesso. A programação nacional de debates organizados por sociedades científicas, universidades e institutos de pesquisa alcançou grande repercussão na mídia e nas redes sociais. Somente na imprensa, foram registradas 239 matérias. Durante

todo o dia da manifestação, o portal da SBPC, organizadora da Marcha, recebeu mais de 28 mil visitas. As duas hashtags empregadas durante a manifestação (#paCTopelavida e #MarchaVirtualpelaCiência), que somaram 30 mil tuítes, ficaram entre os assuntos mais comentados do Twitter no dia 7. No Youtube, o canal da SBPC alcançou mais de 600 mil usuários e ganhou 3,4 mil inscritos.

O presidente da SBPC e professor do Instituto de Física da UFRJ, Ildeu Moreira, avaliou como positiva a mudança da Marcha para o ambiente virtual. “Foi uma iniciativa importante, e mostrou que temos de usar mais as redes”. Ildeu reconheceu a influência da pandemia nos números. “Este ano, de fato, atingiu mais pessoas. Estamos num momento diverso, que facilita por um lado, mas dificulta a orga-



nização mais efetiva das nossas atividades presenciais”, afirmou. A inovação também ajudou a ampliar o alcance da Marcha. O aplicativo Maniff.app, possibilitou

uma experiência inovadora de manifestação online, posicionando avatares em um mapa virtual em todo o planeta, com placas e faixas em defesa da ciência e da democracia. Na noite de 7 de maio, 15.800 participantes estavam logados, a grande maioria em frente ao Congresso Nacional, em Brasília. “Tivemos um êxito incrível”, disse Ildeu.

Para a professora Christine Ruta, diretora da AdUFRJ, a SBPC fez bem ao manter a Marcha, mesmo no ambiente virtual. “Os números são muito significativos. O confinamento nos forçou a isso. E a SBPC acertou, construindo essa maneira de as pessoas se expressarem”, avaliou.

#FiqueEmCasa e vá ao museu. Virtualmente

> Semana nacional de museus realiza série de atividades pelas redes. Projetos de recuperação do principal museu da UFRJ, incendiado em 2018, continuam mesmo durante a pandemia

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

A pandemia fechou 90% dos museus no mundo e impediu que a Quinta da Boa Vista recebesse este ano as tradicionais tendas com coleções do Museu Nacional, na Semana Nacional de Museus. Mas as redes sociais foram tomadas por ações em referência à data. Este ano, a semana é comemorada de 18 (Dia Internacional dos Museus) a 24 de maio. O evento acontece no Brasil há 18 anos.

Uma das atividades virtuais foi uma live com a coordenadora da equipe de resgate do Museu Nacional, professora Claudia Carvalho. Ela contou como anda o trabalho de identificação de peças encontradas nos escombros do prédio histórico. Desde o incêndio, em 2 de setembro de 2018, já foram retiradas 2,5 mil toneladas de entulho do local, o equivalente a duas estátuas do Cristo Redentor.

Por conta do vírus, as buscas foram suspensas. A equipe estima que ainda seja necessário mais um mês de garimpo, assim que for possível retomar atividades presenciais. “Temos 5.400 ‘entradas’ de materiais resgatados, mas este número será significativamente maior quando finalizarmos o inventário. Muitos materiais encontrados juntos receberam o mesmo número de registro para facilitar esta primeira etapa”, justificou.

Diretor do Museu Nacional, o professor Alexander Kellner afirmou que o cronograma de reconstrução da unidade não foi prejudicado pela pandemia. “Estamos em fase de elaboração de projetos para começar os processos licitatórios. A única coisa que precisou parar foi o resgate, mas falta pouco para ser concluído”, comemorou.

O docente afirmou que as metas de reabertura do espaço continuam as mesmas: abertura



TRADICIONAIS TENDAS com mostras das coleções do Museu Nacional não puderam ser montadas neste ano, por conta do coronavírus

parcial em 2022, junto com o bicentenário da Independência do Brasil, e abertura completa em 2025. Formas de higienização, limitação dos visitantes e exposições abertas estão no horizonte. “Como os museus funcionarão no mundo pós-pandemia é um grande desafio. Estamos previstas áreas expositivas ao ar livre. E também a abertura do horto botânico à visitação, com um borboletário”, revelou.

SCIENTIFICARTE

Projetos que atuam em parceria com o Museu Nacional também celebraram a Semana. É o caso do Scientificarte, projeto de extensão do Instituto de Biologia. Christine Ruta, diretora da AdUFRJ e coordenadora do projeto, explicou que o objetivo é estimular o aprendizado de ciências a partir de expressões artísticas. O público-alvo é formado por professores e alunos da rede pública de ensino. Mais de dez mil alunos da educação básica já participaram de ações extensionistas do projeto, que existe desde 2006 e foi o primei-

ro da UFRJ-Macaé.

“Resolvemos participar na 18ª Semana porque um museu é um espaço de cultura e de pesquisa que infelizmente, no cenário político de hoje, são substancialmente muito desvalorizados”, avaliou a professora. “No atual momento de distanciamento social é importante chamar a atenção para a relevância destes espaços, principalmente para as crianças e jovens”.

O maior desafio, aponta Ruta, talvez seja o de sensibilizar a sociedade para a importância da arte no mundo contemporâneo. “Como demonstrar para o público que cultura, numa acepção mais geral, é o que nos torna humanos? Como argumentar que uma cantata de Bach e um samba de Cartola são tesouros da humanidade e que devem estar acessíveis a todos?”, questiona. A promoção da educação, na avaliação da docente, pode ser a resposta. “Tanto no Scientificarte quanto na diretoria da AdUFRJ defendo arduamente a educação pública, o maior instrumento de promoção da cultura”.

Victor Hugo de Almeida Marques é mestrando do Programa de Pós-graduação em Zoologia do Museu Nacional e participou do Scientificarte, durante a graduação. Ex-aluno de Ruta na iniciação científica, ele acredita que ter feito parte desse projeto na graduação foi determinante para seguir na carreira acadêmica. “Sem dúvidas, me ensinou a repassar meus conhecimentos para públicos de diferentes idades. Sinto falta de mais projetos de extensão vinculados à pes-

quisa”.

O jovem cientista é um caso de sucesso. Seu projeto foi um dos cinco do Museu financiados no ano passado pela *National Geographic Society*. “Foi graças a este fomento que eu pude recompor meu material de trabalho para dar seguimento à minha pesquisa. Meu laboratório foi destruído no incêndio. Não pegou fogo, mas foi totalmente soterrado pelos andares superiores, que desabaram com as chamas”.

DIVULGAÇÃO



CIÊNCIA E ARTE são aliadas no ensino de crianças e jovens em Macaé



ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjr.org.br

A UFRJ tem feito a diferença no combate à pandemia também no Norte Fluminense. O Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (Nupem) é destaque na produção de diagnóstico molecular para o coronavírus via PCR (Reação em Cadeia da Polimerase) em Macaé e arredores. O teste de PCR é considerado o mais preciso, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. Uma equipe de voluntários, que integra a universidade à rede de saúde local, produziu mais de 500 laudos em cerca de um mês de trabalho. E pretende dobrar o ritmo na próxima semana, de 20 para 40 testes por dia. “No final de março, perguntamos no que podíamos contribuir e a prefeitura disse que os resultados do Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen) estavam levando vinte dias”, explica o professor Rodrigo Nunes, diretor do Nupem. “Hoje estamos entregando os resultados em 48 horas”.

O *know-how* foi trazido do Laboratório de Virologia Molecular do Instituto de Biologia, do Centro de Ciências da Saúde, pela coordenadora do projeto e professora de Macaé, Natalia Martins Feitosa, e pelo técnico de laboratório Bruno Rodrigues. “Fomos ao Fundão em dupla para termos um melhor aproveitamento das orientações e para trocar conhecimento”, relata a pesquisadora. Segundo ela, os primeiros diagnósticos foram produzidos com insumos doados pelo CCS.

A docente e o técnico foram os responsáveis pela adaptação do laboratório acadêmico Mário Alberto Neto em um laboratório de campanha. E toda a estrutura foi checada antes do uso. “Estivemos em Macaé para uma avaliação. E estava tudo em conformidade, não apenas para dar início aos 20 diagnósticos diários, mas para ampliar a produção como vão fazer agora”, conta o coordenador do Laboratório de Virologia Molecular, no Fundão, professor Rodrigo Brindeiro. Atualmente, quinze pessoas se revezam em jornadas diárias. Oito delas, docentes da universidade. O trabalho é realizado em três etapas: a extração do RNA e PCR (no laboratório) e a produção dos laudos.

Até o momento, não há registro de contaminação entre os integrantes da equipe, o que reforça a segurança da operação. O diagnóstico é uma das principais

MACAÉ DÁ AULA NO COMBATE À COVID-19

> Laboratório do Nupem foi adaptado para realizar o teste mais preciso para detecção do coronavírus. Objetivo é produzir mil diagnósticos por mês



FOTOS: DIVULGAÇÃO

ferramentas dos gestores para conter a pandemia. A testagem permite um isolamento direcionado e mais eficiente. Macaé está entre os municípios fluminenses que adotaram medidas sanitárias duras para conter a doença. O controle sobre o comércio e as barreiras na entrada e saída da cidade são alguns exemplos. Pelo Twitter, o prefeito Aluizio dos Santos — que é médico — homenageou a universidade. “Em meio às dificuldades, preciso agradecer ao NUPEM/ UFRJ pela realização dos testes Covid. Por respeito, por reconhecimento humano e científico, por gratidão. Valeu”, publicou no início de maio.

Para o diretor da AdUFRJ e integrante da equipe do Nupem, professor Jackson Menezes, a realização de parcerias em Macaé “é histórica”. “Houve um diálogo muito importante com a prefeitura, os principais hospitais da cidade (públicos, privados e filantrópicos) e setores econômicos, como as empresas *offshore* da cidade. Certamente, muitas vidas foram poupadas com esses 500 diagnósticos”, avalia. Já o diretor do Nupem destaca a agilidade na iniciativa. “Outras universidades do estado do Rio de Janeiro, com os mesmos recursos humanos e de equipamentos que nós, ainda estão em negociação com as secretarias de saúde”, afirma o docente.

DOAÇÕES E TRANSPARÊNCIA

O Ministério Público Federal é outro ator envolvido na ação da UFRJ de Macaé. De acordo com o procurador Fábio Sanches, desde que a pandemia chegou ao Brasil, há uma especial atenção às ações de combate ao vírus. “Incluindo desde investigações sobre fraudes licitatórias até ações de melhoria para a saúde nos estados e municípios”, acrescenta. Para o procurador, a UFRJ “está muito bem nas ações e na transparência”. E, em sua avaliação, “é um momento importante para reafirmar o valor da ciência e universidades na trajetória do país”. “Não teremos um país desenvolvido, se não valorizarmos o ensino e a universidade”, avalia.

O trabalho de diagnóstico molecular da Covid-19 no município de Macaé e região agora também dispõe de uma conta própria na Fundação Coppetec para receber doações. Até quarta-feira à tarde, o fundo já somava R\$ 127.258,53, arrecadados a partir de 34 doadores. O recurso é crucial para ser alcançada a meta de mil diagnósticos por mês. Qualquer pessoa física ou jurídica pode doar. Mais informações podem ser obtidas na página eletrônica da Coppetec (<https://bit.ly/2XeP1VR>).

COMO DOAR ?

Através de depósito bancário a favor de:

Fundação COPPETEC

CNPJ 72.060.999/0001-75

Banco do Brasil

Agência 2234-9

Conta 55.633-5

Atenção: Após o depósito, remeta para o email: doadormacaec@coppetec.ufjr.br uma cópia do documento bancário do depósito. Por este e-mail, será remetido um recibo para fins fiscais e contábeis. O doador pode ficar anônimo, mas, para isso, deve avisar na mensagem.

NOTAS

PRESSIONADO, WEINTRAUB FOI OBRIGADO A ADIAR O ENEM 2020

O ministro teve que engolir a vitória de todos que lutam pela Educação. Após muita pressão da sociedade, da Justiça e do Poder Legislativo, o Inep anunciou o adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2020. As novas datas ainda não foram divulgadas. O Inep diz que os candidatos serão consultados para a elaboração do novo cronograma. A decisão do MEC ocorreu um dia depois de o Senado aprovar, por 75 votos a 1, um projeto de lei que suspendia o Enem. Apenas o senador Flávio Bolsonaro foi contra. O adiamento das provas também foi cobrado na campanha do Observatório do Conhecimento, que movimentou as redes, em homenagem ao 15 de maio de 2019. O Enem é a principal forma de acesso às 9,5 mil vagas dos 176 cursos de graduação da UFRJ.

RESISTÊNCIA E COMPROMISSO COM EDUCAÇÃO MARCAM 72 ANOS DO CAP

O Colégio de Aplicação da UFRJ está em festa. A unidade completou 72 anos dia 20 de maio e, mesmo na quarentena, comemorou o aniversário com ações virtuais. “Nosso colégio é uma referência de experimentação e compromisso com a educação pública”, resumiu a ex-diretora e professora Cristina Miranda, em discurso no último Conselho Universitário, na quarta-feira, 20. Integrantes e ex-integrantes da comunidade escolar, além de pais de alunos, gravaram vídeos para celebrar a história de resistência e qualidade da escola. A reitora Denise Pires de Carvalho inaugurou a série, que também contou com a participação do decano do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro. Todos reverenciando a educação pública do CAP que, hoje, reúne mais de mil alunos da educação infantil ao terceiro ano do Ensino Médio.